

PAULO HOFFMAN
Advogado em São Paulo Professor universitário
Doutorando e mestre em Processo Civil pela PUC/SP Especialista em
Processo Civil pela Università Degli Studi di Milano e pela PUC/SP

RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, verão de 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Hoffman, Paulo
Razoável Duração do Processo – São Paulo :
Quartier Latin, 2006

1. Direito Processual Civil - Brasil. I. Título

SUMÁRIO

Prefácio	9
Agradecimentos	11
1. Introdução	15
2. Jurisdição	21
2.1. A duração do processo - uma preocupação mundial	24
3. Princípios Constitucionais	27
3.1. Direito de ação e isonomia	30
3.2. Contraditório e ampla defesa	32
4. Princípios Processuais	35
4.1. Instrumentalidade e efetividade	38
4.2. Celeridade e economia	41
4.3. Eventualidade	43
4.4. Proporcionalidade e razoabilidade	47
5. O Problema da Duração do Processo Civil na Itália - a Experiência Italiana	49
5.1. A convenção europeia para proteção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais	53
5.2. A corte europeia	54
5.3. Aplicação do artigo 6º, § 1º, da convenção europeia para a proteção dos direitos do homem e das liberdades fundamentais	55
5.4. A jurisprudência da Corte Europeia	59
5.5. O novo artigo 111 da Constituição da república italiana	63
5.6. O justo processo e a norma sobre a duração razoável do processo	66
5.7. A chamada "Legge Pinto"	71
5.8. Breve exposição e comentários dos artigos	72
5.9. A aplicação da lei	78
6. O Processo Civil no Brasil	85
6.1. A duração do processo civil no Brasil	88
6.2. O Pacto de São José da Costa Rica	91
6.3. O direito à razoável duração do processo como garantia constitucional	97
6.3.1. Responsabilidade objetiva do estado em indenizar o cidadão pela exagerada duração do processo	98
6.3.2. A necessidade de se criar no Brasil semelhante mecanismo ao da lei italiana	105
6.3.3. Critérios para pagamento das indenizações	108
6.4. O cerne da questão da morosidade: a falta de estrutura e do devido investimento no Poder Judiciário	111

6.4.1. Maior rigor e aplicação dos artigos 14 e 18 do CPC	113
6.4.2. Duplo grau de jurisdição	117
6.5. Propostas para a obtenção do direito à razoável duração do processo civil	121
7. Alternativas Previstas no Sistema Atual para Resolução mais Célere dos Processos	129
7.1. Juizado Especial Cível e procedimento sumário	131
7.2. Arbitragem	136
7.3. Tutelas de urgência	146
7.3.1. Processo cautelar - visão histórica	148
7.3.1.1. Poder geral de cautela - admite-se "discrecionalidade" nos atos do juiz?	155
7.3.1.2. Peculiaridades da cautelar em face da introdução da antecipação de tutela	163
7.3.2. Antecipação de tutela	170
7.3.2.1. Efetivação da antecipação de tutela	176
7.3.2.2. Perigo da demora e irreversibilidade	177
7.3.2.3. Manifesto propósito protelatório	180
7.3.2.3.1. Pedido incontroverso	181
7.3.2.4. Fungibilidade entre antecipação de tutela e cautelar	183
7.3.2.5. Antecipação da tutela recursal	186
7.3.2.6. Antecipação de tutela pedida pelo réu	191
7.3.3. Tutela das obrigações específicas	193
7.3.3.1. Tutela inibitória	197
7.3.3.1.1. Prevenção do ilícito	199
7.3.3.1.2. Remoção do ilícito	200
7.3.3.1.3. Ressarcitória	201
7.4. Processo monitorio	202
8. Conclusão	209
Bibliografia	227